

## REFORMISMO EM DESENCANTO: AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O ESTADO NO CAPITALISMO

*Wagner Pires da Silva<sup>1</sup>*

*Erlene Pereira Barbosa<sup>2</sup>*

*Paulo Henrique Freitas Maciel<sup>3</sup>*

*Ana Carmita Bezerra de Souza<sup>4</sup>*

**RESUMO:** Os primeiros anos do século XXI foram marcados pelas tentativas de reforma do Estado, em diversos países da América Latina. As políticas aplicadas representaram um avanço para os trabalhadores, no entanto não foram capazes de modificar sensivelmente as relações entre capital e trabalho, bem como, nos mais diversos países, os governos tem sido apeados do poder, por vias democráticas ou não. Por que as reformas do Estado não conseguiram modificar de modo permanente a situação da classe trabalhadora? Essa é a

---

<sup>1</sup> Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Gerente de Divisão da Universidade Federal do Cariri (UFCA).

<sup>2</sup> Especialista em Psicopedagogia pela Faculdade do Vale do Jaguaribe.

<sup>3</sup> Mestre em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

<sup>4</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC).



pergunta que o presente trabalho procura responder, por meio de um levantamento bibliográfico sobre a concepção de Estado em Marx, recorrendo assim a reflexão marxista, para compreender que os esforços por reformar o Estado e garantir um capitalismo mais humano, bem como uma emancipação das classes trabalhadoras sem contrariar a lógica do sistema capitalista terminam por perpetuar a exploração, ao apresentar como conquistas, algumas concessões feitas pela burguesia, concessões essas que ao primeiro sinal de crise são suspensas. O objetivo da pesquisa é mostrar que o Estado no capitalismo é irreformável, tendo, portanto, que ser substituído pelos trabalhadores por uma nova forma de organização para que a exploração do homem pelo homem possa ser interrompida.

**Palavras-Chaves:** Estado; Políticas Públicas; Reformismo; Marxismo

**ABSTRACT:** The first years of the 21st century were marked by attempts to reform the state in several Latin American countries. Applied policies represented a breakthrough for the workers, but they were not able to significantly modify the relations between capital and labor, and in many countries, governments have been dismissed from power, by democratic means or not. Why have the state reforms failed to permanently change the situation of the working class? This is the question that the present paper seeks to answer, by means of a bibliographical survey on the conception of the State in Marx, thus resorting to Marxist reflection, to understand that the efforts to reform the State and guarantee a more human capitalism, as well as a emancipation of the working classes without contradicting the logic of the capitalist system end up perpetuating exploitation, by presenting as conquests some concessions made by the bourgeoisie, concessions that at the first sign of crisis are suspended. The aim of the research is to show that the state in capitalism is irreformable and therefore has to be replaced by the workers by a new form of organization so that the exploitation of man by man can be interrupted.

**Keywords:** State; Public policy; Reformism; Marxism.

## Introdução

O Estado é uma construção histórico-social dos homens, como tal, ele reflete as relações entre estes. Para Marx o Estado é uma ferramenta da classe dominante para manter o *status quo* e garantir que as demais classes permaneçam subjugadas. Nas primeiras décadas do século XXI, o Estado brasileiro foi identificado como motor de mudanças nas relações de trabalho e como indutor de melhorias para as classes menos favorecidas, ao mesmo tempo em que se buscava diminuir as desigualdades sociais por meio de diversas políticas públicas. A interrupção do governo Dilma e a conseqüente derrocada do Partido dos Trabalhadores do poder, levou também a reversão de boa parte das medidas inclusivas pelo governo atual e, ainda, reformas no Estado que diminuíram direitos dos mais pobres e ampliaram a exploração dos trabalhadores. Essa conjuntura demonstra que a superação das desigualdades históricas da sociedade brasileira está relacionada com a superação do Estado burguês e de seus limites econômicos, financeiros e sociais. O presente trabalho procura realizar essa discussão na qual apresenta as políticas públicas e o Estado que as implementa são limitadas pelo sistema capitalista, apontado que as contradições sociais intrínsecas ao capital não podem ser suprimidas por um Estado que é ferramenta de dominação e perpetuação do sistema capitalista.

O fim dos regimes do socialismo dito “real”, na Europa Oriental, acentuou a tendência de realizar reformas pontuais no Estado para que este pudesse atender as reivindicações da classe trabalhadora enquanto mantinha o sistema capitalista em funcionamento. Essa proposição, somada, em alguns países a uma aliança com os setores considerados progressistas das burguesias nacionais acabou por levar diversos partidos de esquerda à vitória eleitoral em seus países e a aplicação desse ideário enquanto política pública. No entanto, a busca de uma saída burguesa para a crise econômica desencadeada em 2008 nos países centrais do capitalismo, ampliou a necessidade de exploração dos trabalhadores e dos países periféricos,

levando a derrocada desses governos, utilizando ou não os mecanismos democráticos burgueses, e a consequente reversão dessas políticas.

A aplicação da agenda reformista estimulou a produção, na academia, de trabalhos teóricos e empíricos que focam na sustentabilidade, no desenvolvimento regional sustentável, nas iniciativas de gestão social, em ferramentas como as Tecnologias de Inovação Social e as tentativas de reforma do Estado. No entanto, essas tentativas de, por dentro dos marcos do capital, buscar a diminuição das desigualdades sociais e a conquista de direitos para populações desassistidas, tendem a ser paliativos que asseguram a permanência do sistema e de mitos como o que reafirmam que sob o capitalismo “o sol brilha para todos”. A busca por melhorias para os trabalhadores por dentro do Estado burguês e de suas instituições e políticas, apenas mascara a luta de classes, impedindo que os trabalhadores se reconheçam como classe e entendam que o econômico não pode ser separado do político (TRAGTEMBERG, 2005).

O contexto exposto acima pode ser compreendido levando em conta o entendimento que Marx tem sobre o Estado. É preciso entender as limitações que o sistema capitalista impõe ao Estado e às políticas públicas, principalmente quando estas vão de encontro às necessidades do capital. Para isto, a pesquisa vai utilizar a Teoria do Valor, em Marx, e sua concepção de Estado para delinear o Estado burguês e apontar as necessidades de sua superação.

### *DEFININDO POLÍTICAS PÚBLICAS*

De acordo com Secchi (2014, p. 1) as políticas públicas “tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões”, sendo, por fim, “uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público” (SECCHI, 2014, p. 2). Em outras palavras, políticas públicas são as diretrizes tomadas pelo governo para responder as

demandas que este recebe da população. Historicamente, o Estado brasileiro preocupa-se a responder as necessidades da classe alta.

Em fins do século XX, as mudanças ocorridas na sociedade brasileira, com o fim do regime militar, acabaram por influenciar o Estado tomar o papel de dar mais equidade às oportunidades e condições de vida dos brasileiros a fim de amadurecer o processo de desenvolvimento (SILVA & BASSI, 2012). A efetivação desse papel passa por políticas públicas que “permitam inferir na transformação de uma realidade social a partir da intervenção do Estado em determinado local” (SILVA & BASSI, 2012, p. 15-16).

Para Silva e Bassi (2012), embora as políticas públicas sejam materializadas pelos governos, ela envolve diversos atores, os quais não se restringem apenas a participantes formais da gestão do Estado. De acordo com Secchi (2014) o envolvimento desses atores define a abordagem dada às políticas públicas, sendo uma abordagem estatista, que considera as políticas públicas como sendo exclusivamente promovidas pelo Estado e a abordagem multicêntrica, que considera que além do Estado, organizações privadas, Organizações Não-Governamentais, entre outros atores, também são protagonistas das políticas públicas, operando junto com o Estado.

Dentro da perspectiva de mercado, a abordagem multicêntrica têm prevalecido, notadamente nas áreas em que a iniciativa privada possa explorar como um negócio, afinal “a influência política visando ao ganho econômico é um fenômeno muito real neste mundo em que vivemos” (SEN, 2010, p. 164). Essa abordagem faz-se necessária, de acordo com Sem (2010, p. 169) por conta da “necessidade de equilibrar o papel do governo – e de outras instituições políticas e sociais – com o funcionamento dos mercados”. O Estado, continua Sen(2010), suplementaria os mecanismos de mercado com outras atividades institucionais.

Na atualidade é cada vez maior a pressão das camadas privilegiadas para que essa suplementação dos mecanismos de Mercado pelo Estado seja a mínima

possível. Para Ianni (2004), isso é fruto de transformações drásticas nas relações do Estado com a sociedade, onde o que se procura é

(...) reduzir a presença do Estado, em termos de planejamento governamental e empresas produtivas estatais, mas garantindo as regras do jogo de tal modo que as forças econômico-financeiras privadas possam desenvolver-se. Privatizam-se empresas e setores das atividades, tais como a educação, saúde e previdência, nos quais passa a desenvolver-se empresas privadas nacionais e transnacionais (IANNI, 2004, p. 52).

Esse receituário, que ficou conhecido como neoliberalismo afeta a execução das políticas públicas por parte do governo, principalmente as de caráter redistributivo, e, ainda, delega serviços do Estado à iniciativa privada, o que impacta diretamente as populações mais pobres (MENDES ET ALL, 2010).

As políticas públicas estão intrinsecamente relacionadas ao Estado e ao modelo que este busca se adequar. Portanto é preciso entender o Estado em sua forma burguesa para que fique claro que suas políticas públicas estão limitados porque o mesmo possui limites estabelecidos pela classe dominante. Mas em que consiste esse Estado? Por que o mesmo permanece atrelado aos interesses de uma ínfima parte da população, dos detentores do poder econômico? Eis o que será abordado a seguir.

### *ESTADO SOB A ÓTICA MARXISTA*

Os homens começam a se diferenciar dos animais quando começam a produzir a sua existência, pois, “ao produzirem a sua existência, os homens produzem imediatamente a sua vida material” (MARX e ENGELS, 2006, p. 44). Essa produção da vida material, continuam os autores, acaba por estabelecer entre os homens relações sociais e políticas determinadas. Dessas relações nasce o Estado:

A estrutura social e o Estado nascem continuamente do processo vital de indivíduos determinados, porém esses indivíduos não podem parecer à imaginação própria ou dos outros, mas tal e qual realmente são, isto é, tal como atuam e produzem materialmente e, portanto, tal como desenvolvem suas atividades sob determinadas limitações, pressupostos e condições materiais

independentemente de sua vontade (MARX e ENGELS, 2006, p. 50-51).

Em outras palavras, mesmo a produção de ideias, representações e da consciência, provêm da atividade material humana, sendo determinadas por elas, o que leva ao fato de que as ideias dominantes em determinada sociedade são as da classe dominante dessa sociedade, uma vez que, “a classe que dispõe dos meios de produção material também dispõe dos meios de produção espiritual” (MARX e ENGELS, 2006, p.78).

Controlando a produção espiritual, a burguesia pôde formular e moldar a sua concepção de Estado, o qual segundo Marx é necessária, porque como classe, a burguesia precisa de uma organização nacional para que seus interesses possam ter uma forma universal, dando ao Estado uma existência particular, fora da sociedade civil, no entanto “tal Estado não é mais do que a forma de organização que os burgueses adotam, tanto para garantir reciprocamente a sua propriedade e a de seus interesses tanto em seu interior, quanto externamente” (MARX e ENGELS, 2006, p. 98). Para os autores, sendo o Estado uma forma pela qual a classe dominante faz valer seus direitos, então, as instituições, que recebem delem sua forma política, se prestam ao mesmo papel, pois as classes dominantes, afirma Engels (2014, p. 300-301) “mantêm a população trabalhadora na servidão não só mediante o poder de sua riqueza, pela simples exploração do trabalho pelo capital, mas também pelo poder do Estado – pelo exército, pela burocracia, pelos tribunais”.

Esse Estado, segundo Mascaró (2015, p. 24) “não é ocasionalmente capitalista, e sim necessariamente capitalista”. A forma de organização estatal é específica do capitalismo, estando a serviço da manutenção do sistema. Depreende-se isso do fato que “as relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas. Adquirindo as novas forças produtivas, os homens mudam o seu modo de produção, e mudando o modo de produção, a maneira de ganhar a vida, mudam todas as suas relações sociais” (MARX, 2008, p. 135). Ou seja, o Estado, em

sua configuração atual, não existia durante o feudalismo, ou durante o modo de produção escravista, mas foi constituído, como observado, pela burguesia para consolidar e defender seu domínio sobre a sociedade. Para a burguesia o Estado seria “uma organização política, administrativa e jurídica que se constitui com a existência de um povo em um território fixo e submetido a uma soberania” (SILVA & BASSI, 2012, p. 16). Como observado até aqui, essa soberania é exercida por meio dos governos, que exercem a gestão da coisa pública, seguindo os preceitos do sistema capitalista, uma vez que

(...) o Estado revela-se principalmente um vasto aparelho administrativo, de tal forma que os governantes se mostram como funcionários recitando principalmente diretrizes de cunho econômico-financeiras, em geral de acordo com as orientações ou injunções de corporações transnacionais e organizações multilaterais (IANNI, 2004, p. 51).

Para que esse Estado seja superado, é preciso que a classe trabalhadora se identifique como classe, e mais como classe explorada, oprimida e entenda que sua libertação implica no surgimento de uma nova sociedade, onde as relações sociais atuais não podem mais existir:

A classe laboriosa substituirá, no decorrer de seu desenvolvimento, a antiga sociedade civil por uma associação que excluirá as classes e seu antagonismo, e não haverá mais poder político propriamente dito, visto que o poder político é o resumo oficial do antagonismo na sociedade civil (MARX, 2008, p. 191-192).

Quando Marx fala sobre a substituição da antiga sociedade civil e de não haver mais poder político propriamente dito, ele faz referência ao fato de que “a classe operária não pode simplesmente de apossar da máquina estatal tal como ela se apresenta e dela servir-se para fins próprios” (MARX, 2014, p. 235). Como dito acima, o Estado foi moldado de acordo com as necessidades da burguesia. É preciso que ele seja modificado para atender as necessidades proletárias, pois “a dominação política dos produtores não pode coexistir com a perpetuação da sua escravidão social” (MARX, 2014, p. 241). E esta tarefa, continua, Marx, não é algo simples, os trabalhadores,



Sabem, que para atingir sua própria emancipação e, com ela, essa forma superior de vida para a qual a sociedade atual, por seu próprio desenvolvimento econômico, tende irresistivelmente, terão de passar por longas lutas, por uma série de processos históricos que transformarão as circunstâncias e os homens. Eles não têm nenhum ideal a realizar, mas querem libertar os elementos da nova sociedade dos quais a velha e agonizante sociedade burguesa está grávida (MARX, 2014, p. 242).

Novas relações sociais, novo Estado. Mas, o que caracteriza as relações que mantém o atual modelo de Estado e que, reciprocamente, são mantidas por ele?

### *AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO CAPITALISMO*

Para Marx as categorias econômicas são, antes de qualquer coisa, relações estabelecidas entre pessoas e os fatos têm que serem analisados de modo que se descubra quais relações são dominantes em um dado concreto. No capitalismo, existe uma classe que vende a sua força de trabalho para sobreviver e outra que é dona dos meios de produção e que se apropria dos resultados do trabalho, ou seja, da produção.

Nesse sentido, Karl Marx faz uma análise do trabalho alienado nos “Manuscritos Econômicos Filosóficos” a partir de como é estabelecida a relação do trabalhador com o produto do seu trabalho, pois para Marx (2002, p.113) “ (...) ao perguntamos pela relação fundamental do trabalho, chegaremos à relação do *trabalhador* com a produção.”

De acordo com Marx (2002, p.111) “com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens”, ou seja, no capitalismo o trabalhador fica cada vez mais pobre à medida que o seu trabalho produz mais riqueza. A produção de riqueza somada a continuidade do modo de produção capitalista, aprofunda a relação de domínio do capital sobre o trabalhador, aumentando ainda mais a distância entre as pessoas, que se transformaram em objetos num sistema que insiste em impor sua lógica perversa, utilizando-se de suas muitas facetas para continuar reproduzindo estas relações

desumanas. É nesse sentido que para Marx a sociedade ao produzir sob estas relações capitalistas, reproduz a dinâmica destrutiva pela qual, “o trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens” (MARX, 2002, p.111).

Assim, o conceito de alienação de Marx é uma crítica a esta forma de trabalho que desumaniza as relações entre as pessoas. A superação do sistema capitalista deve apreender esta crítica e conceber uma forma de trabalho na qual o ser humano se emancipe da alienação e intervenha neste mundo de forma ativa, não somente na produção de sua existência física, mas de um modo que possa desenvolver todas as suas potencialidades.

A sociedade capitalista, portanto, é a forma de produção que Marx analisa o trabalho e formula o conceito de alienação do trabalho, que se desdobra em quatro aspectos: alienação do objeto, alienação do ato de trabalho, alienação da espécie e alienação em relação à sociedade e a outro ser humano, que em conjunto expressam, a partir do ser humano e o trabalho nesta sociedade, a pobreza das relações capitalistas. Segundo Marx (2002, p.112) “Todas estas consequências derivam do fato de que o trabalhador se relaciona com o produto do *seu trabalho* como a um objeto *estranho*”.

O trabalhador é visto por Marx como um ser humano que trabalha por um salário, ou seja, trabalha-se unicamente para sobreviver e obrigatoriamente sob as relações determinadas pelo capital. O salário reproduz esta relação na qual o trabalhador, desprovido dos meios necessários para satisfazer suas necessidades materiais, como veremos adiante, recebe pelo seu esforço no trabalho o mínimo para se manter enquanto trabalhador, ou seja, como um ser assalariado que depende do capital para existir neste mundo. Segundo Marx (2002, p.113):

Assim, em ambos os sentidos, o trabalhador torna-se escravo do objeto; em primeiro lugar, pelo fato de receber um objeto de trabalho, ou seja, de receber trabalho; depois pelo fato de receber

meios de subsistência. Deste modo, o objeto habilita-o para existir, inicialmente como trabalhador, em seguida, como sujeito físico. O ponto culminante de tal servidão é que ele só pode manter-se como sujeito físico na condição de trabalhador e só é trabalhador na condição de sujeito físico.

Como o produto do trabalho é alienado, Marx conclui que o próprio processo de produção, origem deste produto, também ocorre de maneira alienada. Segundo Marx (2002, p.114) “Na alienação do objeto do trabalho, resume-se apenas a alienação na própria atividade do trabalho”.

Alienado da atividade de trabalhar, o trabalhador não se sente à vontade no seu próprio trabalho. Este é para ele antes um sacrifício do que uma atividade na qual possa se dedicar com zelo. Segundo Marx (2002, p.114), para o trabalhador:

[...] o seu trabalho não é voluntário, mas imposto, é *trabalho forçado*. Não constitui a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio para satisfazer outras necessidades. O trabalho externo, o trabalho em que o homem se aliena, é um trabalho de sacrifício de si mesmo, de martírio.

Em relação à desumanidade do trabalho na sociedade alienada, Marx acrescenta que atividades em princípio seriam essencialmente animais, como por exemplo as necessidades materiais, se convertem nas únicas nas quais o trabalhador se sente humano. Diz Marx (2002, p.114):

Assim, chega-se à conclusão de que o homem (o trabalhador) só se sente livremente ativo nas suas funções animais- comer, beber e procriar, quando muito, na habitação, no adorno, etc.- enquanto nas funções humanas se vê reduzido a animal. O elemento animal torna-se humano e o humano, animal.

Aqui podemos perceber que o ser humano se tornou um “animal” a partir de sua atividade alienada de trabalho. Neste ponto, podemos vislumbrar o trabalho como uma atividade dentre as várias que a humanidade pode desenvolver, sem perder o caráter de espontaneidade. Não se trata apenas daquela atividade passiva na qual o trabalhador obtém a subsistência e é dominado pelo capital, mas de uma participação ativa das pessoas tanto no processo de conservação e reprodução de sua própria vida, como também desenvolver a nossa humanidade sem os limites

da sobrevivência impostos pelo capital. Dessa forma, o trabalho alienado é uma deturpação do que o trabalho como atividade livre poderia ser:

Tal relação é a relação do trabalhador com a própria atividade assim como com alguma coisa estranha, que não lhe pertence, a atividade como sofrimento (passividade), a força como impotência, a criação como emasculação, a própria energia física e mental do trabalhador, a sua vida pessoal- e o que será a vida senão atividade-?- como uma atividade dirigida contra ele, independente dele, que não lhe pertence. (MARX, 2002, p.115).

No entanto, na sociedade alienada, a vida enquanto membro de uma espécie aliena-se numa perspectiva individual, pois não é permitido ao ser humano desenvolver sua essência ativa diante do mundo, transformando a vida da espécie em uma forma de vida individual. De acordo com Marx (2002, p.116) “ certamente, o trabalho, a *atividade vital*, a vida *produtiva*, aparece agora para o homem como o único meio que satisfaz uma necessidade, a de manter a existência física”.

Aqui Marx diferencia os seres humanos a partir do caráter assumido em suas atividades vitais. Assim como os seres humanos, os animais também transformam a natureza em coisas que lhe são úteis. No entanto, os animais se relacionam de forma unilateral com a natureza que os cerca, só produzindo o necessário para se manterem vivos. Os seres humanos, ao contrário, fazem de sua intervenção na natureza uma atividade consciente e orientada, observando, inclusive, questões referentes à estética, ou seja, ao que é belo. De acordo com Marx: (2002, p.116) “O animal identifica-se prontamente com a sua atividade vital. Não se diferencia dela. É a *sua própria atividade*. Mas o homem faz da atividade vital o objeto da vontade e da consciência. Possui uma atividade vital lúcida”.

Assim, a atividade do ser humano se diferencia das atividades dos animais, apesar de todos transformarem a natureza de modo a garantir a sua existência material. A atividade dos seres humanos, como vimos, é essencialmente lúcida a ponto de fazer grandes transformações na natureza, enquanto os animais se identificam com a própria natureza. No entanto, esta determinação de atividade livre e consciente, expressa no caráter da atividade humana, é transformada pela

alienação do trabalho, tornando o ser humano alienado de sua própria espécie, ou seja, de sua característica de ser universal e livre. Dessa forma, de acordo com Marx (2002, p.116):

A atividade vital lúcida diferencia o homem da atividade vital dos animais. Só por esse motivo é que ele é um ser genérico. Ou então, só é um ser lúcido, ou melhor, a sua vida é para ele um objeto, porque é um ser genérico. Exclusivamente por este motivo é que a sua atividade surge como atividade livre. O trabalho alienado inverte a relação, uma vez que o homem, enquanto ser lúcido, transforma a sua atividade vital, o seu ser, em simples meio da sua *existência*.

No entanto, esta inversão na qual os seres humanos deixam de exercer um papel fundamental e são dominados pelo mundo das coisas, ocorre, na prática, pela relação com outros seres humanos. De acordo com Marx (2002, p.119) “no mundo real prático, a auto-alienação só pode revelar-se mediante a relação prática, real, com outros homens”.

Assim, a quarta característica se refere ao fato de o trabalhador, por meio do trabalho alienado “do mesmo modo como ele cria sua produção como sua desrealização, como a sua punição, e o seu produto como perda, como produto que não lhe pertence, da mesma maneira cria o domínio daquele que não produz sobre a produção e o respectivo produto” (MARX, 2002, p.119).

Esta forma de trabalho alienado relaciona, portanto, uma pessoa que está fora do processo de produção e que não trabalha com o trabalho e que se apropria deste. De acordo com Marx (2002, p.120) “Assim sendo, diante do trabalho alienado, o trabalhador cria a relação de outro homem que não trabalha e se encontra fora do processo, com o seu trabalho”.

Dessa forma a propriedade privada surge como uma consequência da análise do trabalho alienado, pois o trabalhador ao se relacionar com o seu trabalho de forma alienada se relaciona, ao mesmo tempo, com esta pessoa (capitalista) que

está fora do processo e que se apropria do produto do trabalho. De acordo com Marx (2002, p.120):

A relação do trabalhador com o trabalho acarreta a relação do capitalista (ou qual seja o nome que ao senhor do trabalho se quiser dar) também com o trabalho. A *propriedade privada* constitui, assim, o produto, o resultado, a consequência necessária do *trabalho alienado*, da relação externa do trabalhador com a natureza e com si mesmo.

A raiz da crítica que Karl Marx faz nos “Manuscritos Econômico-filosóficos” está na relação estabelecida entre o trabalhador e a produção. Por se tratar aqui de uma relação alienada, de servidão, escravidão, as outras relações serão consequência desta. Dessa forma, se esta relação é alienada, não basta tentar modificar alguns aspectos considerados ruins, como, por exemplo, reivindicar uma melhor distribuição de renda, sem levar em consideração a lógica que preside todo este modo de produção. Nesse sentido, Marx critica Proudhon quando este propõe uma igualdade de rendas:

Um *aumento de salários* forçado (deixando de lado todas as outras dificuldades e, sobretudo, de tal anomalia só poderia manter-se pela força) não passaria de uma *melhor remuneração dos escravos* e não restituiria o significado e valor humanos nem ao trabalhador, nem ao trabalho. (MARX, 2002, p.121).

Assim, ao pensarmos uma forma de organização da sociedade, onde os meios de produção não mais sejam propriedade privada de indivíduos ou grupos de indivíduos e onde as decisões do que produzir sejam tomadas com a efetiva participação de todos envolvidos diretamente no processo de produção, temos que estabelecer uma nova relação das pessoas com o seu trabalho, ou seja, a superação desta sociedade capitalista é, ao mesmo tempo, a superação do trabalho alienado.

No entanto, uma das soluções para as contradições entre o capital e o trabalho, pensadas nos fins do século XX e início do século XXI, foi a tentativa de dirimir os conflitos, apostando na conciliação de classes. Para tanto foram criados modelos e ferramentas para atuar sobre o capitalismo, na perspectiva de reformá-lo.

## *A TENTATIVA DE TRANSFORMAR O SISTEMA POR DENTRO*

O capital é um sistema inerentemente contraditório. As últimas décadas do século XX, nos países centrais, assistiram ao recrudescimento das políticas liberais, no que ficou conhecido como neoliberalismo. A contradição neoliberal é o fato de que, diferentemente do que pregava o liberalismo, o que se deseja, não é apenas o Estado mínimo, mas um Estado voltado para as demandas do capital, abandonando as necessidades sociais da sociedade (DARDOT; LAVAL, 2016).

De acordo com Grespan (2015) o Estado chamado keynesiano, financiador da saúde, da educação, transporte e moradia, barateando a força de trabalho para os capitalistas ruiu. Essas atribuições foram repassadas para a iniciativa privada, no entanto ainda havia uma demanda social, não atendida pelas empresas que passaram a explorar estas áreas. É para preencher essa lacuna, que surgem as ONG's na década de 1990.

ONG's, movimentos sociais e outros atores sociais tentaram ocupar o espaço deixado pelo Estado e levar suas demandas para além da lógica de Mercado. Para tanto buscam a construção de soluções coletivas que levem em consideração a realidade das regiões em que atuam. Dessa forma, efetivando a da chamada gestão social entendida como “o processo gerencial dialógico onde a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação (ação que possa ocorrer em qualquer tipo de sistema social – público, privado ou de organizações não-governamentais)” (TENÓRIO, 2008, p. 104)

A Gestão Social trata-se de um modelo de Gestão, cuja ênfase não está posta no contexto economicista. O exercício da gestão deve abandonar as premissas individualistas e buscar a prática de construção coletiva da administração. Isso implica estimular a participação da sociedade, num contexto de cidadania ampla, onde a sociedade civil se veja inclusa nas decisões da gestão. As Ações de democracia direta realizadas nos Movimentos Sociais, o planejamento e a atuação de ONG's que, sem fins lucrativos, atuam junto a comunidades carentes e/ou a públicos específicos, constituem experiências participativas importantes para a

ampliação da Gestão social, uma vez que, como observa, Tenório (2008) é preciso inverter os binômios Estado – Sociedade e Capital – Trabalho para Sociedade – Estado e Trabalho – Capital, sinalizando que a Sociedade e o Trabalho precisam ser os protagonistas dessa relação.

Essa conjugação de esforços, longe de atuar para a superação do sistema, auxilia na sua justificação, como diz Grespan (2015, p. 154), ao falar sobre as ONG's, “evidentemente elas são funcionais para o sistema capitalista, contribuindo para a sua reprodução. Por isso não vão revolucionar nada, ao contrário: na melhor das hipóteses, podem ajudar o capital a continuar se acumulando”.

## *CONCLUSÃO*

Estando o Estado organizado para defender os interesses do capitalismo, apenas durante uns poucos momentos, ele pode implementar políticas públicas que escapem da lógica do Mercado, mas ainda assim com a anuência de setores da burguesia. Essas políticas, geralmente traduzidas em acesso a serviços e direitos básicos para a população trabalhadora, são, ao primeiro sinal de crise do capital, suspensas e/ou extintas, “em nome da ‘modernização’, ‘produtividade’, ‘competitividade’, ‘qualidade total’, ‘lucratividade’, ‘entrada no primeiro mundo’, são muitas as elites empenhadas em satanizar e mutilar as conquistas político-econômicas e socioculturais que se haviam realizado com base em projetos nacionais” (IANNI, 2004, p. 53). Mesmo dentro de um projeto que não contrarie o sistema de mercado, a busca por mais extração de mais-valia, termina por limitar a atuação do Estado, impondo-lhe limites de atuação muito estreitos.

A experiência do reformismo no Brasil, encerrado com o golpe parlamentar de 2016, aponta justamente para isso. Diversas políticas sociais implementadas pelo governo petista foram reduzidas ou mesmo descontinuadas e o avanço sobre as conquistas históricas dos trabalhadores levou à desregulamentação da CLT, precarizando ainda mais as relações de trabalho. O Estado brasileiro continuou,



apesar do “verniz” reformista a ser elitista e a defender os interesses do capital frente ao trabalho.

Desse modo, de acordo com a teoria marxiana, somente com a superação do modo de produção capitalista e o conseqüente domínio do Estado pelos trabalhadores é que se poderá ultrapassar os limites impostos pelo capital a fim de que os direitos e serviços, atualmente negados às classes desfavorecidas, poderão ser universalizados.

## REFERÊNCIAS

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

ENGELS, Friedrich. Sobre a importância da luta política. *In: Trabalhadores, uni-  
vos: Antologia política da I Internacional*. Org.: Marcello Musto. São Paulo:  
Boitempo, 2014

GRESPLAN, Jorge. Crítica da Economia Política, por Marx. *In: Curso livre Marx-  
Engels: a criação destruidora*. Org. José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, Carta  
Maior, 2015

IANNI, Octavio. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização  
Brasileira, 2004.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2002

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Trad. Frank Müller.  
Sumaré/SP: Martin Claret, 2006

MARX, Karl. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Martin Claret, 2008

MARX, Karl. Sobre a comuna. *In: Trabalhadores, uni-vos: Antologia política da I Internacional*. Org.: Marcello Musto. São Paulo: Boitempo, 2014

MENDES, Ana Maria Coelho Pereira; SOUZA-LIMA, José Edmilson de; HAMMERSCHMIDT, Karina Silveira de Almeida; LOURENÇO, Marcus Santos; GUARAGNI, Marcus Vinícius. Políticas públicas, desenvolvimento e as transformações do Estado brasileiro. *In: Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Saraiva, 2010.

MASCARO, Alysson Lenadro. A crítica do Estado e do direito: a forma política e a forma jurídica. *In: Curso livre Marx-Engels: a criação destruidora*. Org. José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2015

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SEM, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Christian Luiz da; BASSI, Nadia Solange Schmidt. Políticas públicas e desenvolvimento local. *In: Políticas Públicas e desenvolvimento local: instrumentos e proposições de análise para o Brasil*. Christian Luiz da Silva (org). Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

TRAGTENBERG, Maurício. **Administração, poder e ideologia**. São Paulo: Editora UNESP, 2005

TENÓRIO, Fernando Guilherme. *(Re)Visitando o Conceito de Gestão Social*. **DESENVOLVIMENTO EM QUESTÃO**. Editora Unijuí, ano 3, n. 5, p. 101-124. jan./jun. 2005